

Copom se reúne nesta terça e quarta para definir rumo da Selic

Mercado está dividido se Comitê vai manter os juros ou iniciar cortes na taxa básica



Atualmente a Selic está em 15% ao ano, o maior patamar em quase duas décadas.

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil se reúne nesta terça-feira (17) e quarta-feira (18) para discutir a trajetória da taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 15% ao ano, o maior patamar em quase duas décadas. Esta é a segunda reunião de um total de oito previstas para 2026, e a decisão que será anunciada promete definir se o ciclo de redução de juros finalmente terá início e em que ritmo, em um contexto de inflação ainda acima do centro da meta e riscos externos persistentes. O Copom é formado pelo presidente do Banco Central — atualmente Gabriel Muricca Galípolo — e pelos diretores que compõem a diretoria colegiada do Banco Central. Juntos, eles analisam indicadores de inflação, atividade econômica, câmbio, fiscal e cenário internacional para tomar decisões sobre a política monetária do país.

Segundo o Boletim Focus,

divulgado na segunda-feira (16), analistas projetam que o Copom reduza a Selic em 0,25 ponto percentual, levando-a para 14,75% ao ano, cenário alinhado à expectativa de início do ciclo de flexibilização da política monetária em 2026, caso a inflação continue sob controle. O movimento decorre de sinais de moderação da inflação e da esperança de que a desaceleração dos preços prossiga sem choques adversos.

Mercado dividido

O mercado está dividido sobre o rumo da Selic nesta semana. Instituições como o BTG Pactual veem viabilidade para um corte inicial de 0,25 ponto percentual, abrindo um ciclo gradual de queda rumo a níveis mais confortáveis para o crescimento econômico, desde que riscos externos e dados fiscais não se deteriorem. Essa abordagem prevê que o Copom condicione a trajetória futura da Selic à evo-

lução de indicadores de inflação, câmbio e atividade econômica. Por outro lado, casas como a XP Investimentos defendem que a Selic deve permanecer em 15% nesta reunião, argumentando que o cenário recente não mudou substancialmente desde a reunião anterior, incluindo inflação e atividade econômica, e, portanto, não haveria espaço suficiente para uma redução imediata. A manutenção da taxa elevada reflete uma postura cautelosa até que haja sinais claros de convergência plena da inflação à meta.

Ritmo dos cortes

Mesmo entre aqueles que esperam o início do ciclo de cortes, há debates sobre velocidade e magnitude das reduções ao longo de 2026. Relatórios de diversas instituições indicam que, após um corte inicial de 0,25 ponto percentual, o Copom poderia adotar ajustes graduais de até 0,50 ponto percentual por reu-

nião, dependendo da evolução dos dados econômicos.

Pesquisa da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) mostra que a maioria dos bancos espera cortes de 0,50 ponto percentual já em março, com a Selic podendo ficar abaixo de 12,25% ao ano até o fim de 2026, caso o ciclo de afrouxamento seja contínuo. No entanto, choques externos, como tensões geopolíticas e preços de combustíveis, e incertezas internas, como cenário eleitoral e política fiscal, podem levar o Copom a um caminho mais gradual ou cauteloso.

Inflação e meta em foco

A Selic é o principal instrumento de controle da inflação, que ainda se encontra acima do centro da meta de 3% ao ano, com banda de tolerância definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O Copom observa com atenção as expectativas de inflação, sensíveis a choques de

oferta e variações cambiais, e o tom do comunicado após a reunião será tão importante quanto o valor da Selic. Um comunicado mais “dovish” pode acelerar o ciclo de flexibilização, enquanto um texto mais “hawkish” reforçaria a necessidade de juros altos por mais tempo.

Perspectivas para 2026

Se o Copom iniciar o ciclo de cortes nesta reunião e manter ritmo gradual, a Selic pode terminar 2026 entre 12% e 12,5% ao ano, estimulando crescimento econômico, crédito e investimentos. Contudo, o cenário depende de consolidação do controle da inflação e de maior estabilidade externa. Diante desse cenário de expectativas divididas, a decisão do Copom é acompanhada com atenção por mercados, empresas e consumidores, pois definirá o tom da política monetária brasileira e implicações no crédito, nos investimentos e no consumo.

IBGE: Varejo perde tração e reforça sinais de desaceleração da economia

Os dados mais recentes da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o varejo brasileiro segue crescendo, porém em ritmo bem mais lento e sem força suficiente para indicar uma retomada consistente do consumo. Em janeiro de 2026, o varejo restrito — que inclui somente o comércio de bens, como lojas e supermercados — registrou alta de 0,4% na comparação com o mês anterior, e o varejo ampliado — que engloba também veículos, material de construção e combustíveis — cresceu 0,9%. Apesar de positivos, esses resultados apenas interrompem dois meses consecutivos de desempenho mais fraco e não apontam uma aceleração clara da ativi-

dade comercial.

Na comparação com janeiro de 2025, o varejo restrito teve alta de 2,8%, e o ampliado avançou 1,1%. Contudo, de acordo com a pesquisa, parte desse crescimento está concentrado em “segmentos menos sensíveis ao ciclo econômico, como supermercados e artigos farmacêuticos — setores que tradicionalmente continuam a crescer mesmo quando a economia geral perde fôlego”. Por outro lado, segmentos mais ligados ao comportamento de renda das famílias já mostram sinais de enfraquecimento. Vendas de combustíveis, livros e papelaria, assim como de equipamentos de informática, registraram retrações no período analisado, com o setor de informática sofrendo queda próxima a 10%. “Esses



Ascom PB

Consumo menor pode favorecer queda da taxa de juros

movimentos refletem um consumidor mais seletivo, que prioriza gastos essenciais e adia compras de bens de maior valor ou menos urgentes” - conclui o IBGE.

Quando se observa o desem-

penho acumulado em 12 meses, a desaceleração fica mais evidente. O crescimento do varejo restrito diminuiu de 1,9% para 1,6%, enquanto o varejo ampliado praticamente estacionou, com

variação próxima de zero. Esse resultado é significativo porque o varejo ampliado inclui segmentos como veículos, motos e material de construção — atividades dependentes de crédito e da confiança dos consumidores. A perda de ritmo nesses setores tende a refletir condições financeiras mais apertadas e menor disposição das famílias de assumir novos compromissos. Segundo a FecomercioSP, o cenário econômico atual, com crédito ainda caro, crescimento limitado da renda e maior cautela dos consumidores, deve manter o consumo em ritmo moderado ao longo de 2026. Desempenho fraco do varejo indica consumo menor, o que pode favorecer a queda de juros na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) nesta semana.